



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012

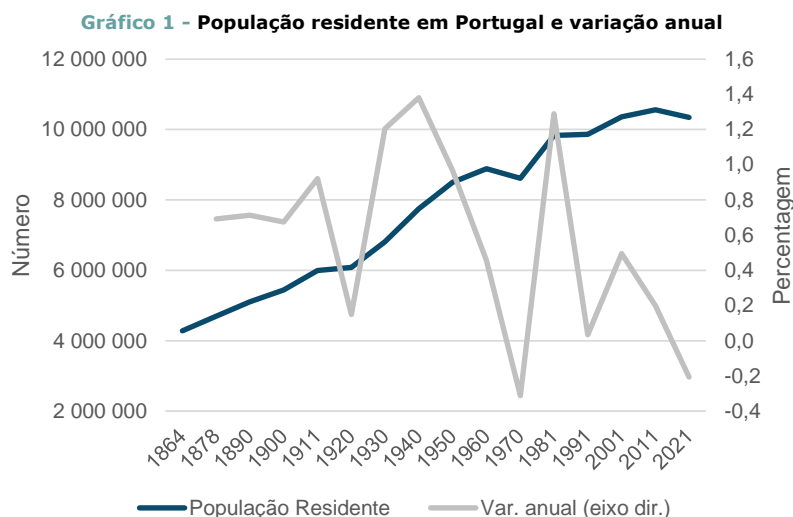


(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Resultados provisórios dos Censos 2021

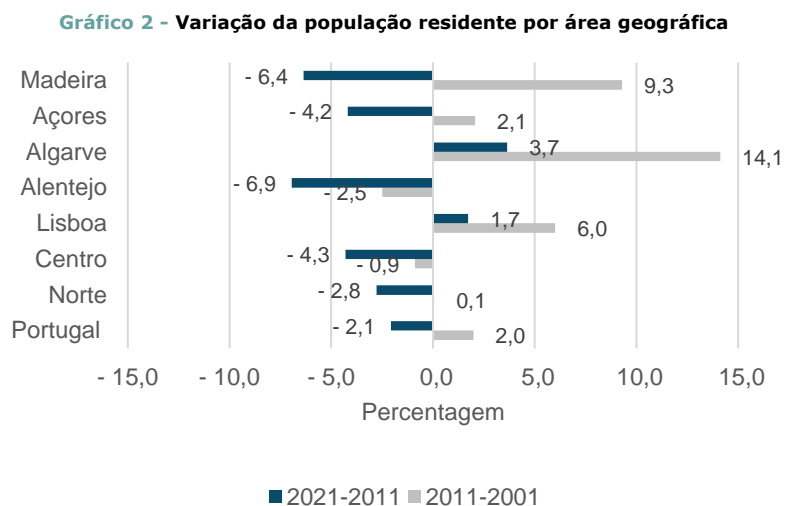
No passado dia 16 de dezembro, o INE divulgou os Resultados Provisórios do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2021.

De acordo com resultados, a população residente em Portugal em 2021 é de 10 344 802 pessoas, correspondendo a uma diminuição de 2,1% da população face ao resultado dos Censos de 2011, a primeira redução decenal desde 1878 se for excluída a década de 60.



Fonte: INE.

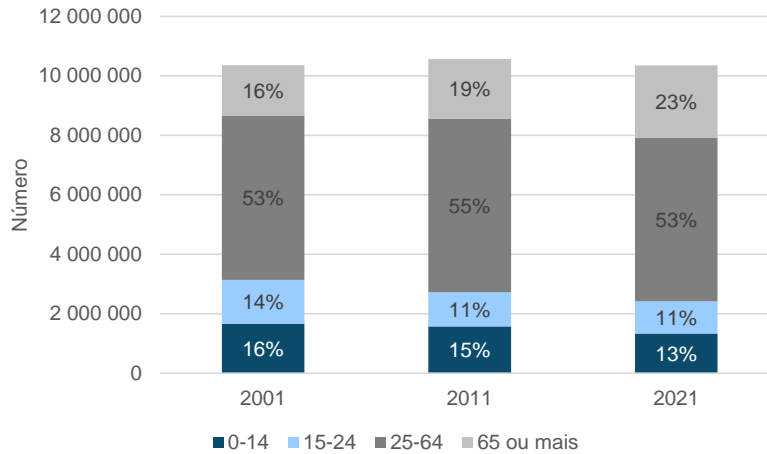
A região Norte continua a ser a que regista o maior número de habitantes, seguida pela Área Metropolitana de Lisboa e o Centro, mantendo-se a tendência de concentração da população no litoral e junto da capital. A população com nacionalidade estrangeira passou de 3,4% do total em 2011 para 10,5% em 2021, dos quais 8,5% são de países fora da União Europeia.



Fonte: INE.

O fenómeno de envelhecimento da população acentuou-se, verificando um aceleração do crescimento da população com 65 anos ou mais, sendo o Alentejo e o Centro as regiões com a maior percentagem de população nesta faixa etária. Face aos anteriores Censos, para além da diminuição da população jovem (grupo dos 0 aos 24 anos), verificou-se a diminuição da população em idade ativa (dos 25 aos 64 anos).

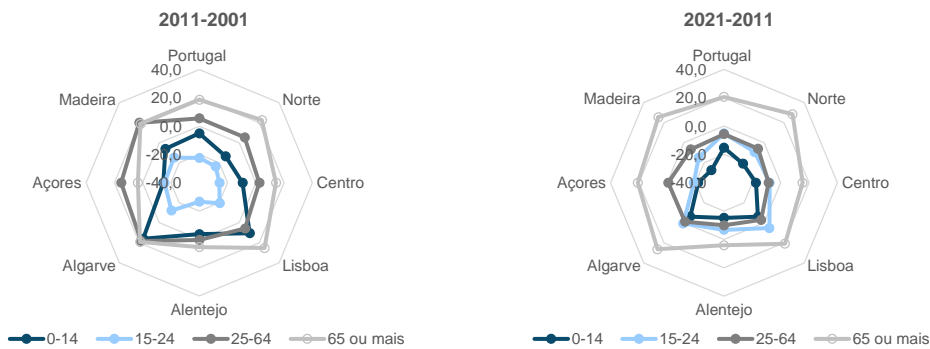
Gráfico 3 - Evolução da estrutura da população



Fonte: INE.

Numa análise por região, notam-se comportamentos semelhantes, sendo de salientar, pela negativa, o maior decréscimo da população dos 0 aos 14 anos na Região Autónoma da Madeira e, pela positiva, o crescimento da população com idades entre os 15 e 24 anos na Região Metropolitana de Lisboa e no Algarve.

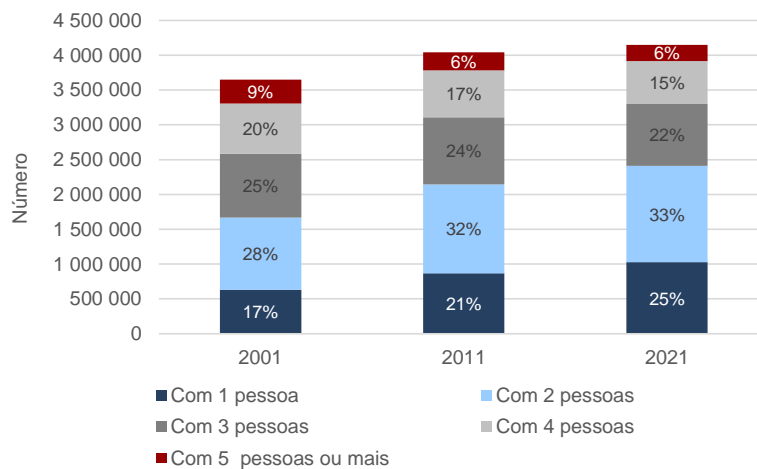
Gráficos 4 e 5 - Variação da estrutura da população por regiões (%)



Fonte: INE.

Mantém-se a tendência do aumento do número de agregados, quer dos domésticos privados, quer dos institucionais, sendo que os agregados domésticos com 1 pessoa e com 2 pessoas ganham cada vez mais peso em detrimento dos restantes.

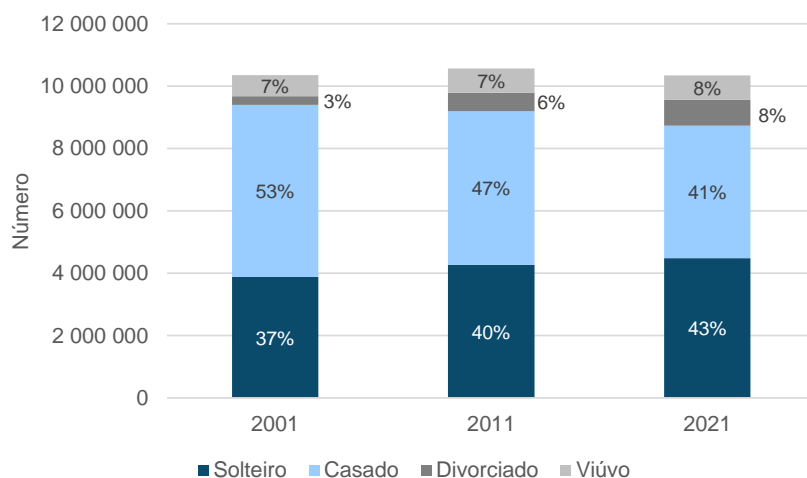
Gráfico 6 - Evolução dos agregados domésticos privados



Fonte: INE.

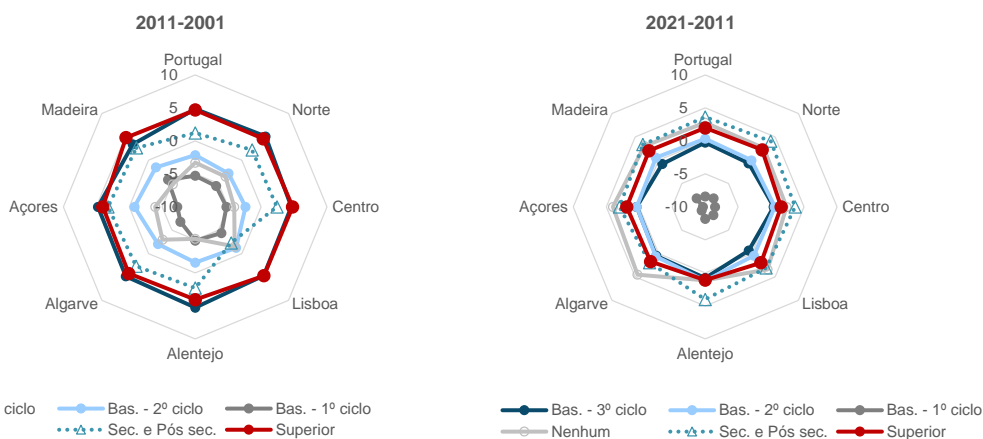
O número de agregados está relacionado com a diminuição da população casada e com o aumento dos divorciados e viúvos.

Gráfico 7 - Evolução da população residente por estado civil



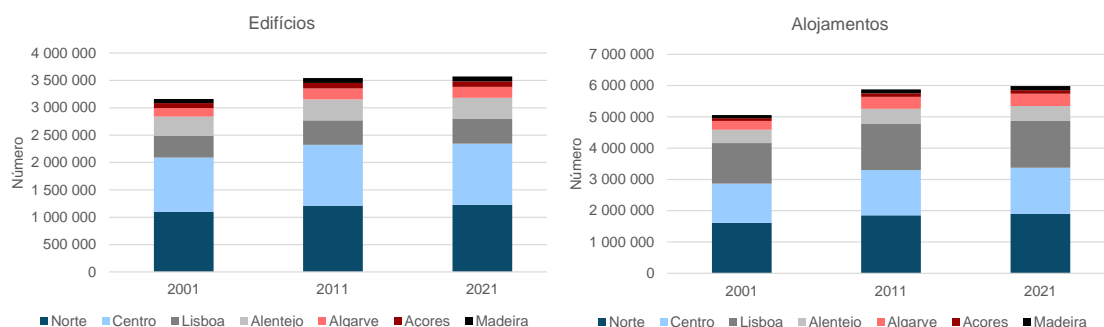
A proporção da população com o ensino secundário e pós-secundário e com o ensino superior continuou a aumentar (mais 3,6 p.p. e 2 p.p. face a 2011, respetivamente), ainda que a percentagem da população sem nenhuma escolaridade tenha também aumentado (mais 2,8 p.p.). A região Norte foi a única região onde se registou um aumento da percentagem da população com ensino superior acima da média nacional, registando o Norte, o Centro e o Alentejo acréscimos acima do total nacional da população com o ensino secundário e pós-secundário. A proporção de população sem nenhum nível de ensino aumentou em todas as regiões, com particular incidência no Algarve, Açores, Lisboa e Madeira.

Gráficos 8 e 9 - Variação da escolaridade da população por regiões (%)



Na última década o aumento do número de edifícios aumentou 0,8%, o que contrasta com os 12,2% verificado na década anterior, sendo que nos Açores, no Norte e no Algarve registou-se um aumento superior à média nacional e no Alentejo e na Madeira verificou-se um decréscimo. A variação do número de edifícios correspondeu a um aumento generalizado do número de alojamentos, que se traduziu no aumento do rácio do número de alojamentos por edifícios em todas as regiões, e em particular no Algarve e Madeira, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa em que o rácio se manteve. Já o rácio do número de população por alojamento continua a diminuir, exceto na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve.

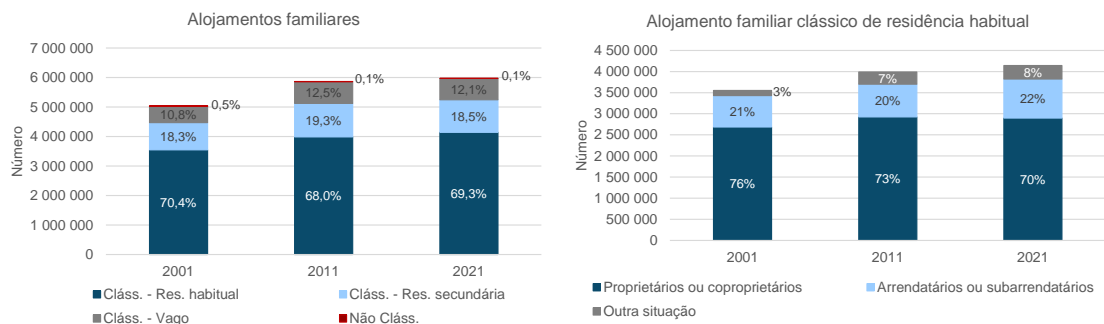
Gráficos 10 e 11 - Evolução do parque habitacional



Fonte: INE.

Nos últimos 10 anos, os alojamentos familiares clássicos destinados a residência habitual ganharam peso em detrimento dos restantes tipos de alojamentos, sendo que a maioria deste tipo de alojamento é ocupado pelo proprietário, ainda que tenham diminuído.

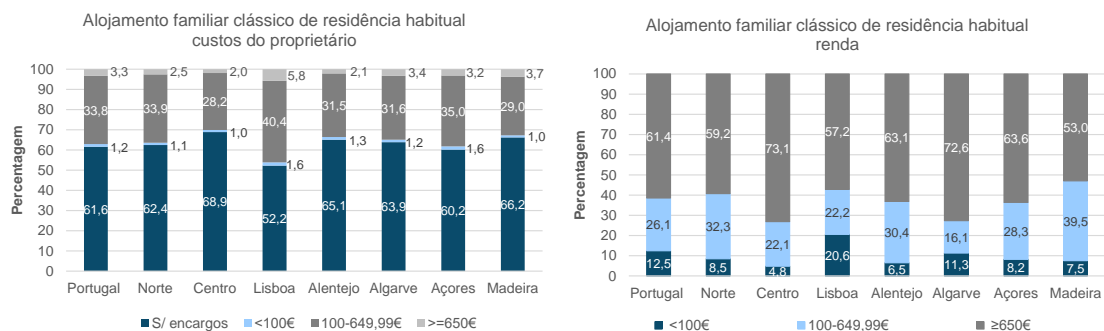
Gráficos 12 e 13 - Evolução dos alojamentos familiares



Fonte: INE.

No que diz respeito aos encargos financeiros de residência habitual, mais de 60% dos proprietários não têm qualquer encargo com o alojamento familiar, e um terço tem custos entre 100 e 649,99 euros, sendo que a Área Metropolitana de Lisboa a região em que os proprietários têm maiores encargos financeiros. Quanto à renda paga pelos alojamentos familiares destinado a residência habitual, em mais de 60% dos casos o seu custo é igual ou superior a 650 euros, sendo que o Algarve e a região Centro têm a maior percentagem de rendas com valor igual ou superior a 650€.

Gráficos 14 e 15 - Custos com alojamento familiar clássico de residência habitual



Fonte: INE.